

EMPREGABILIDADE NO DESPORTO OFERTA E PROCURA DE EMPREGO NO ENSINO PÚBLICO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Mario Teixeira¹, Ana Sampaio¹, Carlos Braz²

¹ Professor(a) da Universidade de Évora, Portugal

² Licenciado em Educação Física e Desporto pela Universidade de Évora
mario-teixeira@netcabo.pt

RESUMO

Este estudo pretende compreender o campo laboral das Ciências do Desporto em Portugal. Analisaram-se os diplomados pelo ensino superior (público e privado) e os docentes concorrentes aos 2.º/3.º ciclos do ensino básico e secundário.

A amostra é composta por instituições portuguesas (32), universitárias (10) e politécnicas (22). Analisaram-se os docentes colocados, não colocados e excluídos que concorreram ao ensino da Educação Física de 2004/05 a 2006/07. Concluímos que o padrão de empregabilidade sugere uma saturação desta saída profissional, embora existam pequenos sinais de ténue retoma do equilíbrio da relação oferta-procura a longo prazo. É pouco provável recuperar-se o potencial de emprego no submercado da Educação Física para recém-licenciados.



Palavras-chave: Empregabilidade, ensino superior, educação física, docentes colocados.

INTRODUÇÃO

Nos últimos trinta e cinco anos, a frequência do ensino superior conheceu uma clara abertura. Mas, foi na década de oitenta que se manifestou um crescimento exponencial, sustentado quer pelo sector público quer pelo privado. Nessa fase, os sinais eram expressivos e indicavam que se tratava de um processo sem retorno, do ponto de vista das perspectivas políticas e das expectativas sociais.¹

Num plano específico, o acesso ao ensino superior, no âmbito da formação inicial em ciências do desporto, é um objectivo que muitos jovens portugueses procuram atingir, mas nem todos conseguem alcançar em Portugal. Para isso, os candidatos ao ensino superior têm que se submeter previamente a provas de aptidão funcional, registando-se uma percentagem significativa de não aptos.²

Numa outra perspectiva, a formação de professores também deveria exigir um acompanhamento permanente e uma regulação constante, quer dos processos quer dos resultados obtidos.³

Ensino Superior e Mercado de Trabalho

Verificava-se num passado relativamente recente que o futuro de um diplomado pelo Ensino Superior parecia estar imediatamente garantido, sendo associado a um estatuto social especial e um rendimento económico elevados, hoje em dia vive-se um clima de incerteza e instabilidade relativamente ao significado e valor do diploma de Ensino Superior.⁴

O desemprego, que até há bem pouco tempo afectava fundamentalmente as camadas populacionais menos escolarizadas e conseqüentemente menos dotadas em termos de competência para fazer face às cada vez mais profundas exigências do Mercado de Trabalho, alargou progressivamente a sua incidência, atingindo agora também o, até há bem pouco tempo incólume, grupo de jovens recém diplomados pelo Ensino Superior.

É sobretudo a partir do final da década de setenta que se registou um primeiro aumento das dificuldades dos jovens diplomados encontrarem emprego e a necessidade de planificar e gerir o sistema educativo.⁵ Os jovens constituem, sem dúvida, uma nova parcela da população particularmente sensível à taxa de desemprego.

No presente, os indicadores sobre o desemprego em Portugal assumem os valores mais altos das duas últimas décadas, fundamentalmente devido à elevadíssima taxa de desemprego nos jovens recentemente licenciados. Os números do desemprego são preocupantes e, face à conjuntura actual, prevê-se um futuro ainda mais tumultuoso. Segundo alguns autores, o Ensino Superior começa, desde há algum tempo, a assumir a função de um “parque de estacionamento”.⁶

Constatarmos que a descontinuidade entre sistema de formação e sistema produtivo, representando um progressivo agravamento do desemprego de diplomados.⁷ A utopia associada à obtenção de um simples diploma que supostamente garantia, à priori, uma boa situação relativamente ao trabalho desvaneceu-se há muito.⁸

Independentemente dessa constatação, continua a assistir-se a um aumento do investimento por parte dos jovens, e não só, na formação de índole superior, com o objectivo de alcançar uma maior facilidade na transição ou num trajecto profissional ascendente.

Todavia, os problemas de inserção irão existir, principalmente quando o que está em causa é o acesso a um emprego estável e próximo das competências profissionais dos indivíduos. A inserção profissional engloba, não só, o acesso ao emprego com as suas características e condicionantes, mas, também, as dinâmicas de realização e satisfação pessoal e profissional, bem como elementos referentes ao reconhecimento da sua capacidade profissional por parte das entidades empregadoras.⁹

Os diplomados constituem uma unidade de análise nos estudos de inserção profissional. São os percursos vivenciados por estes sujeitos que traduzem, de forma sintetizada, as influências de vários agentes e factores ao longo do período de integração profissional. Também importará

considerar os diplomados como uma unidade de análise, atendendo a que as suas estratégias e comportamentos não obedecem a uma racionalidade estritamente económica, sendo marcadas por elementos de natureza social e cultural, bem como por dinâmicas de socialização e construção identitária.¹⁰

O período de transição entre o espaço do ensino e o espaço da profissão caracteriza-se, tendencialmente, pela acentuada mobilidade profissional nos três anos que se seguem à conclusão da Licenciatura. Esta situação não deverá ser específica dos diplomados do ensino superior, uma vez que um estudo de investigação sobre mobilidade ao longo do ciclo de vida salienta que a mudança de emprego é mais frequente nos primeiros anos de actividade profissional.¹¹

Defendendo uma postura dinâmica e adaptativa por parte dos recém licenciados, uma pesquisa realizada em Inglaterra recomenda que os diplomados deverão estar atentos às possibilidades de emprego em sectores e actividades profissionais que, num passado recente, não eram tradicionalmente ocupados por diplomados pelo Ensino Superior.⁸

Ciências do Desporto e Saídas Profissionais via Ensino

No que se refere ao mercado de emprego no ensino, o estatuto da Educação Física apresenta uma significativa homogeneidade nos diferentes países da União Europeia. A história da Educação Física no contexto escolar é suficientemente longa e estável. No entanto, o seu futuro pode gerar importantes debates, especialmente em alguns países, pois o número destes profissionais apresenta um visível declínio.¹²

A docência, em concreto, parece estar a atingir um nível de saturação. Mas, segundo um estudo realizado em Espanha¹³, esta realidade não se reporta unicamente a Portugal. Todavia, apesar do estado de saturação no ensino da Educação Física, esta continua a constituir a saída profissional mais frequente, tendo como principal aliciante a estabilidade do vínculo profissional. Neste aspecto, esta situação assemelha-se à realidade portuguesa, uma vez que o sentimento de estabilidade que esta profissão parece oferecer poderá revelar-se um factor apelativo.

Num questionário a profissionais que escolheram como saída profissional a via ensino de Educação Física, a esmagadora maioria concorda que a situação do mercado de trabalho está “saturada” ou “difícil”, representando 94% das respostas obtidas.¹²

O mercado de trabalho parece estar esgotado, transmitindo poucas expectativas para os jovens licenciados. Acresce referir que a vertente remuneratória destes profissionais não é risonha, sendo considerada pela maioria “insuficiente” ou “pouca”. As escolas têm os seus quadros completos, a idade de reforma é cada vez mais tarde e os novos licenciados têm poucos lugares disponíveis para exercer a profissão. Por outro lado, os empregadores afirmam que há uma lacuna entre a concepção que os responsáveis pelo ensino superior têm sobre aquilo que os empregadores querem e o que eles realmente precisam¹².

Empregabilidade e Educação Física

Para tratarmos convenientemente a temática do emprego, independentemente do grupo socioprofissional, é inevitável abordarmos o conceito de empregabilidade. No sector em apreço, este “novo” termo expressa o conjunto de conhecimentos, habilidades, comportamentos e relações que tornam um futuro professor preparado para desempenhar uma carreira com diferentes funções. No que concerne aos professores de Educação Física, devemos acumular e manter actualizadas as competências e os conhecimentos, de forma a ter sempre uma orientação sobre o projecto de carreira.

Actualmente, mais importante que obter um emprego é tornarmo-nos empregáveis, isto é, mantermo-nos competitivos num mercado em constante mutação.¹⁴

Importa, ainda, reter que se entende por empregabilidade “a capacidade relativa que um indivíduo dispõe para obter (e manter) um emprego que o satisfaça, tendo em conta a interacção entre as suas características pessoais e o mercado de trabalho”.¹⁵

Ausente da perspectiva mais individual da empregabilidade estão os factores externos, como:

- a) As dinâmicas do mercado de trabalho;
- b) A quantidade de oportunidades de emprego no ensino;
- c) A natureza do ensino;
- d) As políticas de recrutamento das entidades que exercem uma forte influência na empregabilidade dos futuros “professores”.¹⁵

A via da Educação Física e Desporto Escolar (EFDE) representa, eventualmente, o ramo de especialização que encerra um potencial de maior ligação à vertente do ensino, ou seja, à educação formal. É a área de especialidade, no âmbito das Ciências do Desporto (CD), que mais utiliza as actividades físicas num sentido educativo.¹²

Também sabemos que a colocação destes profissionais nas escolas, com funções docentes, é uma problemática que, ao longo dos últimos anos, tem sido alvo de diversas discussões e reflexões por parte das entidades responsáveis pela Educação em Portugal.

Todavia, constata-se que o crescente aumento do número de recém diplomados na área de Educação Física e Desporto/Ciências do Desporto coincide com o aumento da taxa de desemprego nesta mesma população¹⁶, pelo que muitos indivíduos continuam ainda a aguardar colocação.

Esta situação fundamenta-se, também, nos números revelados pelas listas de espera para colocação de professores nas escolas, os quais têm vindo a aumentar consecutivamente, contribuindo para um mercado que aparenta encontrar-se lotado, consignado nos elevados índices de desemprego actualmente registados. Afigura-se notória a discrepância entre a oferta de trabalho e a procura de professores nesta área de ensino.

É neste complexo contexto que entendemos especialmente pertinente enquadrar o presente estudo. Com efeito, assumimos como objectivo central a análise exploratória da empregabilidade da Educação Física nos estabelecimentos de ensino público, durante três anos lectivos consecutivos (de 2004/2005 a 2006/2007), comparando também o número de diplomados pelo ensino superior público e privado com o número de docentes que concorreram aos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e secundário, para melhor compreendermos o mercado de trabalho neste sector actividade profissional.

METODOLOGIA

As opções relativas à estratégia de investigação deste estudo estão relacionadas, essencialmente, com os objectivos propostos e com a escolha de uma abordagem metodológica adequada. Para o efeito, foi equacionada a amostra, os procedimentos e a estatística. A caracterização destes três itens permite especificar quais os dados seleccionados (amostra), a forma como foram recolhidos (procedimentos) e as técnicas utilizadas para tratamento e análise (estatística).

Caracterização da Amostra

Sendo que a população seleccionada para este trabalho se situa na área das Ciências do Desporto, recolheu-se, numa primeira fase, informação relacionada com o número de alunos inscritos e diplomados em 32 estabelecimentos de ensino superior que oferecem formação para os grupos de docência em todos os ciclos de ensino de Educação Física (básico e secundário). Os estabelecimentos de ensino superior foram classificados de acordo com os critérios seguintes:

- a) Modalidade de ensino;
- b) Nível de ensino;
- c) Regime jurídico;
- d) Ano académico.

As instituições foram categorizadas segundo quatro modalidades de ensino superior:

- Ensino Superior universitário público;
- Ensino Superior universitário particular/cooperativo;
- Ensino Superior politécnico público;
- Ensino Superior politécnico particular/cooperativo.

Para esta análise consideram-se, em termos de modalidade de Ensino Superior prestado à comunidade académica, 10 universidades e 22 politécnicos, sendo que o Ensino Superior

Politécnico compreende as Escolas Superiores de Educação-ESE. As instituições foram ainda classificadas de acordo com o regime jurídico, público ou privado, tendo-se constatado que o número de estabelecimentos que prestam serviço de ensino público (20 unidades) é superior ao número de estabelecimentos que prestam serviço de ensino particular/cooperativo (12 unidades).

O Gráfico 1 mostra esta repartição e o Quadro 2 apresenta a repartição das instituições de ensino superior por nível de ensino e regime jurídico.

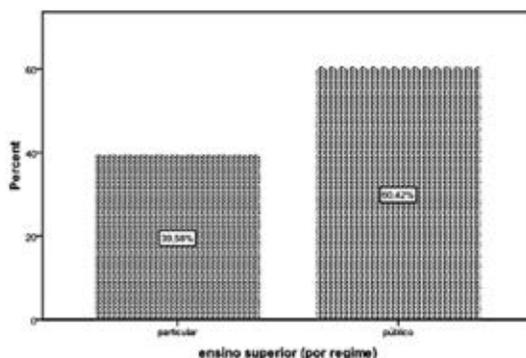


Gráfico 1. Repartição do regime das instituições de ensino superior.

Quadro 1. Síntese da caracterização dos estabelecimentos de Ensino Superior.

Modalidade / Regime	Público	Particular	Total
Universitário	7	3	10
Politécnico	13	9	22
Total	20	12	32

Dimensão Amostral

A amostra foi composta por um painel de dados de dimensão $N \times T$, constituído por 96 observações – 32 instituições (N) observadas ao longo de três anos (T). A matriz de observações inclui duas variáveis quantitativas, relativas ao número de alunos diplomados nas quatro modalidades de ensino superior e seis variáveis nominais, relativas à identificação da instituição, ao ano académico, à modalidade de ensino superior (quatro categorias: 1. Universitário público; 2. Universitário particular; 3. Politécnico público; 4. Politécnico particular), ao nível de ensino (dois níveis: 1. Ensino universitário; 2. Ensino politécnico) e regime jurídico da instituição (1. Público; 2. Particular/Cooperativo). Existe uma cobertura territorial de todo o país, exceptuando a Região Autónoma dos Açores. Foi ainda recolhida informação adicional relativa ao número de docentes

colocados, docentes não colocados e docentes excluídos dos concursos (2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário) realizados ao longo do período em análise.

Procedimentos

Os dados foram obtidos através da Direcção Geral de Recursos Humanos (DGRHE) do Ministério da Educação, do Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE), do Sindicato de Professores da Zona Sul (SPZS) da FENPROF, do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e, ainda, dos estabelecimentos de ensino universitário e politécnico abordados. O estudo decorreu entre Janeiro e Abril de 2008 e o período de análise compreendeu os anos lectivos de 2004/05, 2005/06 e 2006/07.

A informação foi tratada de forma exploratória e inferencial, com recurso aos programas informáticos *Excel (Office 2007 for Windows XP)* e *SPSS 17*. Para exploração dos dados, utilizaram-se técnicas de estatística descritiva (medidas descritivas, gráficos e tabelas)¹⁷ e, para a investigação da significância estatística das comparações realizadas adoptaram-se procedimentos de estatística inferencial [testes paramétricos à significância das diferenças entre proporções populacionais e à igualdade de k médias populacionais (*ANOVA One-Way e Kruskal-Wallis*)]. Para a verificação de pressupostos de normalidade das populações e de homocedasticidade utilizaram-se os testes *Shapiro-Wilk* e *Levene*¹⁸. Adoptaram-se, em todas as análises, o nível de significância para um valor de p inferior a 0,05.



RESULTADOS

Em primeiro lugar, apresentam-se os resultados das análises realizadas (exploratória e inferencial) para as variáveis quantitativas “número de alunos diplomados por instituição”. Em seguida, analisa-se a situação relativa aos três concursos nacionais no que diz respeito ao balanço de docentes colocados, não colocados e excluídos.

Profissionais Diplomados

Relativamente ao número de diplomados no triénio e para os dois níveis de ensino superior, universitário e politécnico, registou-se um ligeiro aumento (+5,6%) no número de diplomados no ensino universitário. No ensino politécnico e para o último ano da análise, como não foi disponibilizada informação acerca do número de diplomados, esta evolução deverá ser apreciada com algumas reservas. No entanto, é notória a representatividade do ensino universitário relativamente ao ensino politécnico no que respeita ao número total de diplomados, isto é, tanto em 2004/05 como em 2005/06 os diplomados no ensino universitário representaram 68,2% e 78,6%, respectivamente, do número total de diplomados/ano. O Quadro 2 apresenta a distribuição anual do número de diplomados por nível de ensino superior.

Quadro 2. Repartição anual do número de diplomados no Ensino Superior

Ensino Superior	Universitário	Politécnico	Total
2004/05	759	353	1112
2005/06	881	239	1120
2006/07	802	Informação não disponibilizada	802
Total	2442	592	3034

Da análise da repartição do número de diplomados por regime de ensino superior universitário, público ou particular, conclui-se que, para o triénio observado, é o ensino universitário de carácter particular e cooperativo que maior número de diplomados gera. O quadro 3 mostra a repartição anual do número de diplomados no ensino superior universitário.

Quadro 3. Repartição anual do número de diplomados no Ensino Superior Universitário

Ensino Universitário	Público	Particular	Total
2004/2005	442	317	759
2005/2006	435	446	881
2006/2007	313	489	802
Total	1190	1252	2442

De acordo com os resultados, 51,2% dos diplomas provenientes do ensino superior universitário foram obtidos no ensino particular/cooperativo. Note-se que, enquanto no ensino universitário público o número de diplomados sofreu uma redução de 30%, no ensino universitário particular/cooperativo registou-se uma tendência inversa, ou seja, ocorreu um aumento de 22,8%. Este facto pode estar relacionado com a implementação de novas medidas reguladoras nos concursos de acesso ao ensino superior, tais como a obrigatoriedade de nota mínima nas disciplinas específicas, facto que leva ao aumento da procura do ensino particular, menos restritivo neste campo.

Os três estabelecimentos universitários particulares formam ligeiramente mais profissionais por ano do que as sete universidades públicas. No gráfico 2 apresenta-se a evolução comparada do número de diplomados no ensino superior universitário público e no ensino particular/cooperativo.

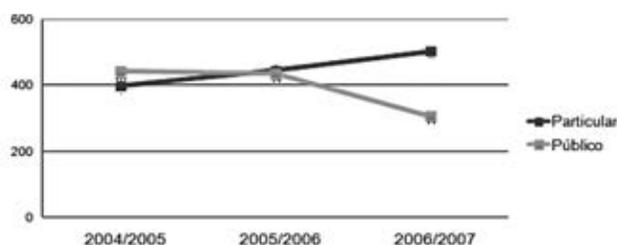


Gráfico 2. Evolução anual do número de diplomados no Ensino Superior Universitário.

A análise da distribuição do número total de alunos diplomados por instituição revelou a existência de observações extremas (5 *outliers* severos e 7 *outliers* moderados) relativas às universidades do ensino particular (Lusófona, Maia e Afonso III) e às universidades de ensino público (Porto, Coimbra e Técnica de Lisboa). Em 2006/2007, três universidades particulares, Afonso III, Maia e Lusófona, atribuíram 61% do total dos diplomas concedidos neste ano académico, registando-se um recuo no ensino universitário público com uma quebra de 31% do primeiro para o último ano lectivo.

No Gráfico 3, apresentam-se os diagramas de extremos e quartis relativos às distribuições de frequências do número de alunos diplomados nos três anos académicos investigados.

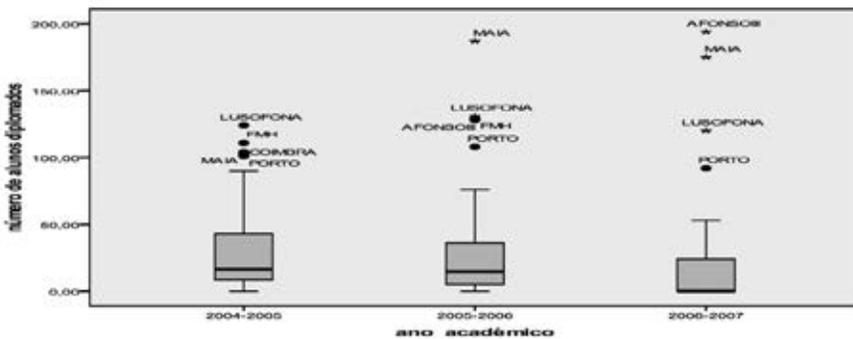


Gráfico 3. Diagramas de extremos e quartis e número de diplomados (2004-2007).

As estatísticas obtidas para o número de alunos diplomados no ensino superior universitário (público e particular) revelaram que o número médio aumentou de 2004/05 para 2005/06 e que diminuiu de 2005/06 para 2006/07. O quadro seguinte apresenta as medidas descritivas obtidas para esta variável.

Quadro 4. Medidas descritivas: Diplomados no Ensino Superior Universitário (2004-2007)

Ano Académico	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo	Coefficiente de assimetria
2004-2005	75,9	45,1	0	124	-1,33
2005-2006	88,1	58,3	11	187	0,11
2006-2007	78,1	65,1	13	194	1,33

Para se averiguar se o número médio de alunos diplomados no ensino superior universitário apresentou diferenças significativas nos três anos académicos analisados, realizou-se uma análise de variância paramétrica (*ANOVA One-Way*) a um nível de significância de 5%. Os pressupostos

de normalidade e de homocedasticidade foram verificados a partir dos testes *Shapiro-Wilks* e *Levene*. Para um nível de significância superior a 0,05, as hipóteses nulas de normalidade das populações não foram rejeitadas. Também não foi encontrada evidência estatística para se rejeitar a hipótese nula de igualdade de variâncias populacionais (p de significância igual a 0,429). Com base nos coeficientes de assimetria apresentados no quadro acima, foi ainda verificada a simetria para as distribuições a partir dos testes estatísticos apropriados. A hipótese nula de igualdade do número médio de alunos inscritos nos três anos lectivos não foi rejeitada com base no valor da estatística do teste $F_{2,27}=0,131$ e na respectiva probabilidade de significância (0,878) para o nível de significância de 0,05.

Embora não tenha sido possível obter informação acerca do número de diplomados no ensino superior politécnico para o ano académico 2006/07, a análise do número de diplomados no ensino superior politécnico, público e particular, para 2004/05 e para 2005/06, verifica uma diminuição no número total de alunos diplomados (menos 58 e menos 56 diplomados no ensino público e particular, respectivamente). O quadro seguinte mostra esta informação.

Quadro 5. Repartição anual do número de diplomados no Ensino Superior Politécnico

Ensino Politécnico	Público	Particular	Total
2004/2005	186	167	353
2005/2006	128	111	239
2006/2007	n/d	n/d	n/d
Total	314	278	592

n/d – Não disponível.

Para o ensino politécnico (público e particular) as estatísticas descritivas obtidas para o número de alunos diplomados revelaram que o número médio diminuiu de 2004/05 para 2005/06. O Quadro 6 apresenta as medidas descritivas obtidas para esta variável.

Quadro 6. Medidas descritivas: Diplomados no Ensino Superior Politécnico (2004-2006).

Ano Académico	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo	Coefficiente de assimetria
2004-2005	16,04	12,19	1	54	2,91
2005-2006	10,86	10,42	0	42	2,51
2006-2007	Informação não disponibilizada				

Para se averiguar se o número médio de alunos diplomados no ensino superior politécnico apresentou diferenças significativas nos dois anos académicos analisados, realizou-se um teste t à diferença de médias populacionais. Os pressupostos de normalidade e de homocedasticidade foram verificados a partir dos testes *Shapiro-Wilk* e *Levene*. Para um nível de significância de 0,05, as hipóteses nulas de normalidade das populações foram ambas rejeitadas com probabilidades de significância iguais a 0,019 e 0,012. Com base nos coeficientes de assimetria, não foi verificada a simetria para as distribuições.

A comparação entre o número médio de alunos diplomados no ensino superior universitário e ensino superior politécnico foi realizada a partir de um teste *t* de Student para amostras independentes, com 59 graus de liberdade e um nível de significância de 0,05. A probabilidade de significância (0,048) permitiu rejeitar a hipótese de igualdade de número médio de alunos diplomados nos dois tipos de ensino superior.

Ainda com base nos resultados obtidos para o teste *t* à diferença de médias entre o ensino particular e o ensino público, no que diz respeito ao número de alunos diplomados no período analisado, a hipótese nula de igualdade de médias não foi rejeitada, com uma probabilidade de significância igual a 0,128 ($t=1,536$), ou seja, as diferenças encontradas no número médio de diplomados do ensino particular e no ensino público, não são estatisticamente significativas.

Docentes Colocados, Não Colocados e Excluídos

Adicionalmente à informação recolhida acerca do número de alunos inscritos e profissionais diplomados em estabelecimentos de ensino superior portugueses, por ano lectivo, também se entendeu oportuno tratar o número de docentes colocados (DC), não colocados (DNC) e excluídos (DE) dos três concursos nacionais de colocação de professores dos ensinos básico e secundário com vista ao preenchimento de vagas existentes nos quadros dos agrupamentos de escolas e de escolas não agrupadas do Ministério da Educação em território português. O quadro 7 e o gráfico 4 mostram esta distribuição (valores absolutos e percentuais).

Quadro 7. Repartição anual do número de docentes colocados, não colocados e excluídos do ensino básico e secundário, por ano lectivo

Docentes	DC	%	DNC	%	DE	%	Total	%
2004/05	965	17,1	4277	75,9	394	7,0	5636	100
2005/06	1091	12,9	7040	83,2	331	3,9	8462	100
2006/07	2530	27,4	6314	68,5	381	4,1	9225	100
Total	4586	19,7	17631	75,6	1106	4,7	23323	100

Entre 2004/05 e 2006/07, em média, existiram somente vagas disponíveis para menos de 1/5 dos candidatos a docentes dos ensinos básico e secundário (19,7%), cerca de 1/4 dos concorrentes não conseguiram colocação (75,6%) e quase 1/20 foram excluídos (4,7%).

No primeiro ano lectivo (2004/05), os docentes colocados nos 2.º/3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário representaram apenas 17,1% do total de docentes presentes a concurso. No mesmo ano, 75,9% dos docentes não foram colocados nas escolas e aproximadamente 7% foram excluídos do concurso. Em 2005/06, a situação agravou-se com apenas 12,9% dos docentes colocados, 83,2% não colocados e 3,9% excluídos. No último ano académico (2006/07), a proporção de docentes colocados aumentou para o dobro, ou seja, os docentes colocados passaram a representar cerca de 27,4% dos docentes presentes a concurso, enquanto a percentagem de docentes não colocados (68,4%) diminuiu significativamente.

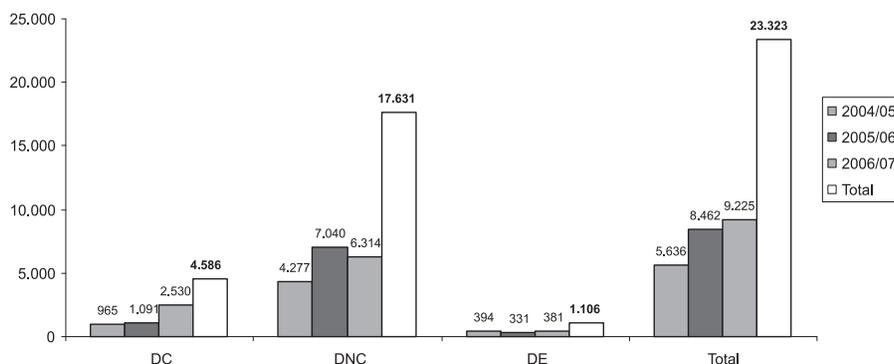


Gráfico 4. Evolução dos colocados, não colocados e excluídos (2004-2007).

O Gráfico 4 apresenta a evolução temporal do número de docentes colocados, não colocados e excluídos dos concursos nacionais relativos aos três anos lectivos analisados, bem como os respectivos totais acumulados.

QUADRO 8. Repartição anual do número de docentes colocados, não colocados e excluídos do ensino básico e secundário ao longo dos anos lectivos.

Docentes	DC	%	DNC	%	DE	%	Total
2004/05	965	21,0	4277	24,3	394	35,6	5636
2005/06	1091	23,8	7040	39,9	331	29,9	8462
2006/07	2530	55,2	6314	35,8	381	34,5	9225
Total	4586	100	17631	100	1106	100	23323

Efectivamente, conforme consta no Quadro 8, a análise comparada dos dados entre o número de docentes colocados e docentes não colocados revela uma situação preocupante. Os resultados obtidos demonstram uma desregulação na oferta e procura de profissionais para exercerem funções de professores de educação física nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário.

Por um lado, verificamos um ritmo de crescimento do número anual de docentes colocados ao longo do tempo (de 965 para 2530/ano). Mas, por outro, também realçamos que o mesmo indicador é ainda superior relativamente aos docentes não colocados (de 4277 para 6314/ano), com excepção do último ano lectivo (2006/07).

Registaram-se os maiores aumentos de docentes colocados em 2006/07 (55,2%) e de docentes não colocados em 2005/06 (39,9%).

De referir a estabilidade do valor numérico dos docentes excluídos, sendo muito semelhantes nos anos estudados, pelo que parece permitir ensaiar um padrão. Enquadram-se nesta categoria os docentes que preencheram incorrectamente os boletins de concurso ou não reuniam as condições necessárias.

CONCLUSÕES

Em Portugal continental e Regiões Autónomas, existem 32 estabelecimento de ensino superior com formação nas áreas das Ciências do Desporto/Educação Física e Desporto.

A oferta institucional pública (20) é quase o dobro da privada (12), sendo que a politécnica (22) é mais do dobro da universitária (10).

O sistema de ensino superior português formou cerca de 1.100 diplomados/ano, sendo 4/5 pelas universidades.

O número de profissionais diplomados anualmente pelo ensino superior diminuiu no sector público e aumentou no sector privado. No conjunto dos três anos, o sector privado formou mais (1.252) que o público.

O número de vagas a concurso registou um pequeno aumento anual durante o período analisado, sendo mais significativo no ano lectivo 2006/07 (2530/ano).

Relacionando os docentes colocados e não colocados, nos três anos lectivos da série temporal observada, somente de 19,7% dos candidatos conseguiram obter colocação no concurso nacional para professores, pelo que 4 em 5 concorrentes foram rejeitados, configurando uma situação dramática. Assim, resulta claro que a procura de emprego no ensino da Educação Física é excessivamente superior à oferta de vagas nos estabelecimentos de ensino público, gerando um enorme potencial de desemprego.

Apesar do ligeiro decréscimo do número de diplomados anualmente, tal como o reduzido crescimento do número de vagas a concurso, a lista de espera rolante para colocação ainda é muito elevada (6314).

Ainda assim, as perspectivas de colocação nas escolas públicas são muito difíceis a curto/médio prazo, particularmente para os recém licenciados, pois a lista de docentes não colocados tem aumentado nos últimos anos e apresenta uma tendência crescente para os próximos tempos.

Em linha com outros trabalhos de investigação¹⁰, também encontramos claras evidências na desregulação deste mercado. Efectivamente, existe um desequilíbrio entre a oferta das entidades formadoras (ensino superior) e a procura das entidades empregadoras (escolas públicas), revelando uma falta de coerência entre as necessidades formativas e as respectivas respostas.

Antes de terminarmos, importa recomendar uma regulação urgente da formação inicial e pós-graduada nas diferentes áreas de especialização das Ciências do Desporto, sob pena de estarmos a formar gerações de futuros desempregados.

Através deste estudo, os interessados nesta área de intervenção profissional poderão verificar as principais dificuldades que atravessa o submercado de trabalho da Educação Física num país europeu. Face às implicações evidentes na empregabilidade dos jovens portugueses, é necessária mais investigação sobre esta matéria para apoio à tomada de decisão política.

BIBLIOGRAFIA

1. **CONSELHO EUROPEU DE LISBOA** (2000). Ministério da Educação – Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo (GIASE).
2. **MARTINS S** (2005). Condições Socioeconómicas dos estudantes do ensino superior em Portugal. Lisboa. Direcção-Geral do Ensino Superior.
3. **ALVES R** (2005). "Os desafios da empregabilidade". Acedido a 22 de Janeiro de 2008, em <http://superemprego.sapo.pt/pt/E15/562711.html>.
4. **PRIMI R** (2000). Desenvolvimento de um inventário de levantamento das dificuldades da decisão profissional. *Psicologia Reflexão e Crítica* 2000;13 (3): 451-63.
5. **NARDES L** (2003). Factores que influenciam a escolha da fisioterapia como profissão: Análise quali-quantitativa. *FisioBrasil* 2003;58:27-31.
6. **SANTOS S** (1996). *Pela Mão de Alice – O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto, Afrontamento. Citado por: VIII congresso luso-afro-brasileiro de ciências sociais, A questão Social no Novo Milénio.
7. **AZEVEDO J** (1994). *Avenidas de Liberdade – Reflexões sobre política educativa*, Porto, Edições Asa. Citado por: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. A questão Social no Novo Milénio, Coimbra, 2004.
8. **ALVES M** (1998). *Revista Europeia*. "Inserção na vida activa de licenciados: A construção de identidades Sociais e Profissionais". *Sociologia Problemas e Práticas*, 26,131-147.
9. **SOUSA L** (2003). *Transição ao Trabalho: Interioridades, desafios ou descontinuidades – O caso do Curso de Comunicação Social da E.S.E.V.*, Dissertação de Mestrado, ISCTE.
10. **GOMES R** (2008). *Observatório da Inserção Profissional dos Diplomados em Desporto e Educação Física na FCDEF-JC*, Publ. Fev.
11. **ALVES M** (2005). *Como se entrelaçam a Educação e o Emprego? Contributos da Investigação sobre Licenciados, Mestres e Doutores*. *Interações*, n.º 1, pp. 179-201.
12. **CATARINO C** (2007). *As profissões do Desporto. Representações dos profissionais da área das actividades físicas e desportivas relativamente à sua actividade profissional*, pp.74.
13. **MOREIRA H** *Educação Física e Desporto – Diferentes Olhares*. Acedido a 1 de Abril de 2008, em <http://desporto-emcontraste.blogspot.com/>
14. **MULLER A** *Gestão de carreira*. Acedido a 23 Janeiro de 2008, em www.empregos.com.br .
15. **INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE E COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIO** (2007). *O papel das UNIVA do ISU na promoção da empregabilidade*. Lisboa. ISCU.
16. **ALVAREZ F** (2005). *Libro Branco: Título de grado en Ciências de la Actividad física del Deporte*. ANECA – Programa de convergência Europeia.
17. **REIS E** (2008). *Estatística Descritiva*. Lisboa: Edições Sílabo.
18. **GAJEIRO J & PESTANA M** (2003). *Análise de Dados para Ciências Sociais: A complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.